

Banco Boavista Interatlântico S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.485.541/0001-06
Sede: Núcleo Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, do Banco Boavista Interatlântico S.A. ("Boavista"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Em 2016, registramos o pagamento aos acionistas de dividendos e juros sobre o capital próprio nos montantes de R\$ 981 mil e R\$ 110.000 mil, deliberados conforme Ata da AGO de 26 de abril de 2016 e da Reunião da Diretoria de 30 de novembro de 2016, respectivamente.

No exercício, o Boavista registrou Lucro Líquido de R\$ 169,1 milhões, correspondente a R\$ 65,80 por lote de mil ações. Patrimônio Líquido de R\$ 2.427,3 milhões e Ativos Totais de R\$ 2.475,2 milhões.

Osasco, SP, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
	2016	2015		2016	2015
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	926.613	757.063	CIRCULANTE	18.375	24.537
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	2	2	OUTRAS OBRIGAÇÕES	18.375	24.537
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	586.839	558.039	Sociais e Estatutárias (Nota 12c)	-	981
Aplicações no Mercado Aberto	104.659	19.878	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	17.823	20.980
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	482.180	538.161	Diversas (Nota 11b)	552	2.576
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	6.884	8.116			
Vinculados à Prestação de Garantias	6.884	8.116			
OUTROS CRÉDITOS	333.088	190.906	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	29.519	47.902
Rendas a Receber (Nota 7a)	79.175	158.332	OUTRAS OBRIGAÇÕES	29.519	47.902
Diversos (Nota 7b)	253.913	32.574	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	17.841	36.945
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	226.283	473.782	Diversas (Nota 11b)	11.678	10.957
OUTROS CRÉDITOS	226.283	473.782			
Diversos (Nota 7b)	226.283	473.782	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.427.278	2.373.073
PERMANENTE	1.322.276	1.214.667	Capital:		
INVESTIMENTOS (Nota 8)	1.322.276	1.214.667	- De Domiciliados no País (Nota 12a)	1.350.000	1.350.000
Participações em Coligadas e Controladas:			Reservas de Lucros (Nota 12b)	1.082.206	1.023.150
- No País	1.317.218	1.209.560	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(4.928)	(77)
Outros Investimentos	21.510	21.559			
Provisões para Perdas	(16.452)	(16.452)	TOTAL	2.475.172	2.445.512
TOTAL	2.475.172	2.445.512			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				
	2º Semestre 2016	Exercícios findos em 31 de dezembro 2016		2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	40.135	79.533	46.100	
Operações de Crédito	181	389	250	
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 8b)	39.954	79.144	45.850	
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	-	-	14.756	
Operações de Captações no Mercado (Nota 9b)	-	-	14.756	
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	40.135	79.533	31.344	
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(112.741)	25.421	71.584	
Despesas de Pessoal (Nota 13)	-	-	(11.639)	
Outras Despesas Administrativas (Nota 14)	(9.217)	(18.568)	(31.604)	
Despesas Tributárias (Nota 15)	(2.466)	(8.795)	(4.253)	
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 8a)	64.467	130.838	136.193	
Outras Receitas Operacionais (Nota 16)	9.924	138.012	55.801	
Outras Despesas Operacionais (Nota 17)	(175.449)	(216.066)	(72.914)	
RESULTADO OPERACIONAL	(72.606)	104.954	102.928	
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 18)	-	-	5	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O (PREJUÍZO)/LUCRO	(72.606)	104.954	102.933	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20)	100.049	64.102	395	
Provisão para Imposto de Renda	17.284	(2.701)	(5.577)	
Provisão para Contribuição Social	14.266	(2.437)	(11.399)	
Ativo Fiscal Diferido	68.499	69.240	68.240	
LUCRO LÍQUIDO	27.443	169.056	103.328	
Número de ações (Nota 12a)	2.569.275.469	2.569.275.469	2.569.275.469	
Lucro por lote de mil ações em R\$	10,68	65,80	40,22	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco Boavista Interatlântico S.A. ("Boavista" ou "Instituição") é uma instituição financeira múltipla, que tem por objetivo efetuar operações bancárias em geral, inclusive câmbio. O Boavista é parte integrante da Organização Bradesco ("Organização"), sendo suas atividades conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiro e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCB). Incluem, estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões civis e fiscais e perdas por redução do valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 1º de fevereiro de 2017.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.
b) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários
• Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais são sorção reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria;
• Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais há capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possui algum grau de julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.
f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social e o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".
Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social serão realizados de acordo com as regras dos juros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2016, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.189/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.
Em decorrência da alteração da alíquota, o Boavista constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

g) Investimentos
Os investimentos em controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.
Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda/redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.
h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.
i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento e mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:
• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos são mensuráveis com suficiente segurança;
• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

j) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perdas, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).
k) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:
• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	Em 31 de dezembro - R\$ mil	2015
Disponibilidades em moeda nacional	2	2	2
Total de disponibilidades (caixa)	2	2	2
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	104.659	19.878	19.880
Total de caixa e equivalentes de caixa	104.661	19.880	19.880

(1) Referem-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

8) INVESTIMENTOS
a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado		Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social (%)	Lucro líquido ajustado		Valor contábil		Resultado de equivalência patrimonial	
		2016	2015	Ações	Cotas		2016	2015	2016	2015		
Tibre Holdings Ltda.	275.000	590.652	5.411	275.000	100.000000	58.983	580.652	502.131	58.983	51.369	51.369	
Embaúba Holdings Ltda.	326.000	457.564	42	271.777	83,367176	43.445	381.458	346.362	36.219	64.091		
Banco Bradesco BBI S.A. (2)	4.870.000	8.582.250	71.541	-	1,445063	1.796.327	124.019	101.524	25.958	11.687		
Banco Bradesco BBI S.A. - Agio (2)	-	-	-	-	-	-	129.050	145.351	-	-		
Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi	-	-	-	-	-	-	121.935	112.590	-	-		
Caeté Holdings Ltda. (3)	1.028.459	1.678.091	31.268	-	7,266302	131.740	-	-	9.573	8.532		
Marseille Holdings Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	1.510	489		
Total	344.800	718.649	-	50	0,014534	85.978	1.317.218	1.209.560	130.838	136.193		

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores;
(2) O siglo apurado na aquisição de investimento totalizou R\$ 129.050 mil (2015 - R\$ 145.351 mil), líquido das amortizações acumuladas, por rentabilidade futura, que é amortizado em até 10 anos; e
(3) Investimento alienado por redução de capital desproporcional conforme Instrumento de Alteração do Contrato Social da Caeté Holdings Ltda. de 31.3.2016.

b) Composição de outros investimentos

	2016	Em 31 de dezembro - R\$ mil	2015
Investimentos por incentivos fiscais	14.559	14.559	14.559
Ações e cotas	5.411	5.411	5.411
Títulos patrimoniais	42	42	42
Outros investimentos	1.498	1.547	1.547
Subtotal	21.510	21.559	21.559
Provisão para perdas com investimentos por incentivos fiscais	(10.532)	(10.532)	(10.532)
Provisão para perdas em ações e cotas	(5.411)	(5.411)	(5.411)
Provisão para perdas em outros investimentos	(509)	(509)	(509)
Subtotal	(16.452)	(16.452)	(16.452)
Total	5.058	5.107	5.107

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social			Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial
	Social	Legal	Estatutário	Coligadas e Controladas	Lucros Acumulados	
Saldos em 30.6.2016	1.350.000	70.052	1.093.366	(8.755)	-	2.504.663
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	3.827	-	3.827
Lucro Líquido	-	-	-	-	27.443	27.443
Destinações - Reservas	-	1.372	(82.584)	-	81.212	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	-	-	-	(110.000)	(110.000)
- Reversão dos Dividendos Propostos no 1º semestre	-	-	-	-	1.345	1.345
Saldos em 31.12.2016	1.350.000	71.424	1.010.782	(4.928)	-	2.427.278
Saldos em 31.12.2014	1.350.000	57.805	862.998	552	-	2.271.355
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(629)	-	(629)
Lucro Líquido	-	-	-	-	103.328	103.328
Destinações - Reservas	-	5.166	97.181	-	(102.347)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(981)	(981)
Saldos em 31.12.2015	1.350.000	62.971	960.179	(77)	-	2.373.073
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(4.851)	-	(4.851)
Lucro Líquido	-	-	-	-	169.056	169.056
Destinações - Reservas	-	8.453	50.603	-	(59.056)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	-	-	-	(110.000)	(110.000)
Saldos em 31.12.2016	1.350.000	71.424	1.010.782	(4.928)	-	2.427.278

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil				
	2º Semestre 2016	Exercícios findos em 31 de dezembro 2016		2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Ajustes ao (Prejuízo)/Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(72.606)	104.954	102.933	
Justas ao (Prejuízo)/Lucro Líquido antes dos Impostos	109.771	(8.892)	(102.494)	
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(64.467)	(130.838)	(136.193)	
Reversão de Provisão para Perdas de Ativos	-	-	(4.313)	
Amortizações de Agio	8.151	16.302	16.302	
(Reversão)/Despesas com Provisões Cíveis e Fiscais	319	1.377	(6.003)	
Perda na Venda de Investimentos	-	-		

Banco Boavista Interatlântico S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.485.541/0001-06
Sede: Núcleo Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos cíveis
São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.
Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

II - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais
A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

III - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)
Saldo no início do exercício	10.957	6.271
Constituições líquidas de reversões	(283)	-
Atualização monetária	1.339	321
Pagamentos	(32)	-
Saldo no final do exercício de 2016 (Nota 11)	11.981	6.592

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais. Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Boavista são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.
c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré", e amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.
Com essa classificação, temos as autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 34.881 mil.

11) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Impostos e contribuições a recolher (1)	27.557	47.508
Provisões fiscais (Nota 10b - III)	6.592	6.271
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 20c)	1.515	998
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	3.148
Total	35.664	57.925

(1) Inclui R\$ 27.336 mil (2015 - R\$ 46.749 mil) referente ao PAES, instituído pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 (Nota 20a).

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Provisões cíveis (Nota 10b - III)	11.981	10.957
Provisões para pagamentos a efetuar	118	1.647
Redores diversos - país	-	813
Outras	131	116
Total	12.230	13.533

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Capital social no montante de R\$ 1.350.000 mil (2015 - R\$ 1.350.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, representado por 2.569.275.469 ações ordinárias, nominativas escriturais sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Reservas de lucros	1.082.206	1.023.150
- Reserva legal (1)	71.424	62.971
- Reserva estatutária (2)	1.010.782	960.179

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio
Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferiores a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos. O cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2016	2015
Lucro líquido	169.056	103.328
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(8.453)	(5.166)
Base de cálculo ajustada	160.603	98.162
Dividendos propostos	110.000	981
Juros sobre o capital próprio (bruto) pagos (1)	110.000	981
Imposto de renda na fonte relativo aos juros sobre o capital próprio	(16.500)	-
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos	93.500	981
Percentual em relação à base de cálculo ajustada	58,22%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil ações	36,39	0,38

(1) Em 2016, deliberados conforme Ata da Reunião da Diretoria realizada em 30 de novembro de 2016, cujos pagamentos foram efetuados em 5.12.2016.

13) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Proventos	-	5.302
Benefícios	-	5.145
Encargos Sociais	-	1.192
Total	-	11.639

14) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Amortização de água	16.302	16.302
Serviços técnicos especializados	1.988	15.042
Propaganda, promoções e publicidade	177	160
Contribuições filantrópicas	19	24
Serviços do sistema financeiro	19	17
Transporte	5	6
Comunicação	3	5
Outras	55	48
Total	18.568	31.604

15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Contribuição à Cofins	7.387	3.201
Contribuição ao PIS	1.201	520
Impostos e taxas	207	532
Total	8.795	4.253

16) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Reversão de provisões operacionais (1)	33.696	8.604
Outras receitas financeiras (2)	18.286	46.024
Outras (3)	86.030	1.173
Total	138.012	55.801

(1) Em 2016, inclui R\$ 33.388 mil referente a baixa da provisão para valores a receber de liquidação duvidosa (Nota 7b);
(2) Em 2015, inclui R\$ 28.633 mil de variação cambial de valores a receber em euro (Nota 7b); e
(3) Em 2016, compreende, substancialmente, a provisão para valores a receber dos ex-controladores.

17) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Provisões operacionais (1)	160.898	54.038
Outras despesas financeiras (2)	63.550	17.836
Provisões cíveis	1.056	206
Patrocínio de caráter cultural	150	90
Indenizações pagas	9	397
Outras	412	347
Total	216.066	72.914

(1) Compreende a provisão para valores de realização duvidosa (Nota 7b); e
(2) Em 2016, inclui R\$ 35.172 mil de variação cambial de valores a receber em euro (Nota 7b).

18) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Resultado na alienação e baixa de valores, bens e investimentos (1)	-	(4.308)
Reversão de provisões não operacionais (2)	-	4.313
Total	-	5

(1) Em 2015, compreende, substancialmente, ao prejuízo apurado na baixa do investimento na empresa Latosol Empreendimentos e Participações Ltda. - Em Liquidação; e
(2) Em 2015, variação refere-se a reversão de provisão para perdas do investimento na empresa Latosol Empreendimentos e Participações Ltda. - Em Liquidação.

19) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador (Banco Bradesco S.A.), empresas controladas e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Controlador		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015	Coligadas e Controladas	2015
Ativos				
Aplicações no mercado aberto	104.659	19.878	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	482.180	538.161	-	-
Juros sobre o capital próprio/dividendos a receber	-	-	79.175	158.332
Passivos				
Juros sobre o capital próprio/dividendos a pagar	-	(981)	-	-

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Recalculamos a intermediação financeira e despesas de intermediação financeira.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração
Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- o montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- a verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização.

Para 2016, foi determinado o valor máximo de R\$ 84 mil (2015 - R\$ 5.500 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 5.500 mil, em 2015, para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Proventos	-	5.302
Contribuição ao INSS	-	1.192
Total	-	6.494

Benefícios pós-emprego

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Planos de previdência complementar de contribuição definida	-	5.145
Total	-	5.145

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento baseado em Ações, aprovado pela resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para: a) Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	104.954	102.933
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1)	(47.229)	(46.320)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas	58.877	61.287
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(2.033)	(4.379)
Crédito tributário líquido do passivo diferido (2)	-	1.884
Juros sobre o capital próprio pagos	(1.899)	(1.151)
Juros sobre o capital próprio pagos	49.500	-
Outros valores (3)	6.886	(10.926)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	64.102	395

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social até agosto de 2015 e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15;

(2) Constituição de crédito tributário, líquido do passivo diferido, relativo à majoração de alíquota da contribuição social, conforme Lei nº 13.169/15; e

(3) Inclui, basicamente, (i) a equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (45%) demonstrada; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social:

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(5.137)	(11.003)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	70.734	13.671
Utilização de saldos iniciais de:		
Base negativa de contribuição social	(450)	(1.858)
Prejuízo fiscal	(1.045)	(2.399)
Ativação de crédito tributário - Lei nº 13.169/15:		
Base negativa de contribuição social	-	79
Adições temporárias	-	1.905
Total dos impostos diferidos	69.238	11.398
Imposto de renda e contribuição social do exercício	64.102	395

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	R\$ mil		
	Saldo em 31.12.2015	Constituição	Realização
Provisões cíveis	4.830	418	139
Provisões fiscais	2.738	64.488	-
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	6.108	-	-
Provisão para desvalorização de bens não de uso	29	-	29
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação	-	2	-
Ágio amortizado	7.423	6.520	-
Outros	9.612	186	741
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	30.740	71.614	880
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	2.042	-	1.497
Total dos créditos tributários (Nota 7b)	32.782	71.614	2.375
Obrigações fiscais diferidas (Nota 11)	998	1.237	720
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	31.784	70.377	1.655

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa:

	Em 31 de dezembro de 2016 - R\$ mil		
	Saldo em 31.12.2015	Constituição	Realização
Provisões cíveis	4.830	418	139
Provisões fiscais	2.738	64.488	-
Provisão para desvalorização de bens não de uso	29	-	29
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação	-	2	-
Ágio amortizado	7.423	6.520	-
Outros	9.612	186	741
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	30.740	71.614	880
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	2.042	-	1.497
Total dos créditos tributários (Nota 7b)	32.782	71.614	2.375
Obrigações fiscais diferidas (Nota 11)	998	1.237	720
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	31.784	70.377	1.655

e) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa:

	R\$ mil		
	Saldo em 31.12.2015	Constituição	Realização
Provisões cíveis	4.830	418	139
Provisões fiscais	2.738	64.488	-
Provisão para desvalorização de bens não de uso	29	-	29
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação	-	2	-
Ágio amortizado	7.423	6.520	-
Outros	9.612	186	741
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	30.740	71.614	880
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	2.042	-	1.497
Total dos créditos tributários (Nota 7b)	32.782	71.614	2.375
Obrigações fiscais diferidas (Nota 11)	998	1.237	720
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	31.784	70.377	

Banco Boavista Interatlântico S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.485.541/0001-06

Sede: Núcleo Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, do Banco Boavista Interatlântico S.A. ("Boavista"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em 2016, registramos o pagamento aos acionistas de dividendos e juros sobre o capital próprio nos montantes de R\$ 981 mil e R\$ 110.000 mil, deliberados conforme Ata da AGO de 26 de abril de 2016 e da Reunião da Diretoria de 30 de novembro

de 2016, respectivamente.

No exercício, o Boavista registrou Lucro Líquido de R\$ 169,1 milhões, correspondente a R\$ 65,80 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 2.427,3 milhões e Ativos Totais de R\$ 2.475,2 milhões.

Osasco, SP, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
	2016	2015	2016	2015
ATIVO				
CIRCULANTE	926.613	757.063	18.375	24.537
DISPONIBILIDADES (Nota 4).....	2	2	18.375	24.537
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5).....	586.839	558.039	-	981
Aplicações no Mercado Aberto.....	104.659	19.878	17.823	20.980
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....	482.180	538.161	552	2.576
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6).....	6.684	8.116		
Vinculados à Prestação de Garantias.....	6.684	8.116		
OUTROS CRÉDITOS	333.088	190.906		
Rendas a Receber (Nota 7a).....	79.175	158.332		
Diversos (Nota 7b).....	253.913	32.574		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	226.283	473.782		
OUTROS CRÉDITOS	226.283	473.782		
Diversos (Nota 7b).....	226.283	473.782		
PERMANENTE	1.322.276	1.214.667		
INVESTIMENTO (Nota 8).....	1.322.276	1.214.667		
Participações em Coligadas e Controladas:				
- No País.....	1.317.218	1.209.560		
Outros Investimentos.....	21.510	21.559		
Provisões para Perdas.....	(16.452)	(16.452)		
TOTAL	2.475.172	2.445.512	2.475.172	2.445.512

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			
	2º Semestre 2016	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	40.135	79.533	46.100
Operações de Crédito.....	181	389	250
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b).....	39.954	79.144	45.850
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	-	14.756	-
Operações de Captações no Mercado (Nota 9b).....	-	-	14.756
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	40.135	79.533	31.344
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(112.741)	25.421	71.584
Despesas de Pessoal (Nota 13).....	(9.217)	(18.568)	(31.504)
Outras Despesas Administrativas (Nota 14).....	(2.466)	(8.795)	(4.253)
Despesas Tributárias (Nota 15).....	64.467	130.838	136.193
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 8a).....	9.924	138.012	55.801
Outras Despesas Operacionais (Nota 17).....	(175.449)	(216.066)	(72.914)
RESULTADO OPERACIONAL	(72.606)	104.954	102.928
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 18).....	-	-	5
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O (PREJUÍZO)/LUCRO	(72.606)	104.954	102.933
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20).....	100.049	64.102	395
Provisão para Imposto de Renda.....	17.284	(2.701)	(5.577)
Provisão para Contribuição Social.....	14.266	(2.437)	(5.427)
Ativo Fiscal Diferido.....	68.499	68.499	11.399
LUCRO LÍQUIDO	27.443	169.056	103.328
Número de ações (Nota 12a).....	2.569.275.469	2.569.275.469	2.569.275.469
Lucro por lote de mil ações em R\$.....	10,68	65,80	40,22

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Eventos						
Saldos em 30.6.2016	1.350.000	70.052	1.093.366	(8.755)	-	2.504.663
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	3.827	-	3.827
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	27.443	27.443
Destinações: - Reservas.....	-	1.372	(82.584)	-	81.212	-
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	(110.000)	(110.000)
- Pagos.....	-	-	-	-	-	-
- Reversão dos Dividendos.....	-	-	-	-	1.345	1.345
Propostos no 1º semestre.....	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31.12.2016	1.350.000	71.424	1.010.782	(4.928)	-	2.427.278
Saldos em 31.12.2014	1.350.000	57.805	862.998	552	-	2.271.355
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	(629)	-	(629)
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	103.328	103.328
Destinações: - Reservas.....	-	5.166	97.181	-	(102.347)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(981)	(981)
Saldos em 31.12.2015	1.350.000	62.971	960.179	(77)	-	2.373.073
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	(4.851)	-	(4.851)
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	169.056	169.056
Destinações: - Juros sobre o Capital Próprio.....	-	8.453	50.603	-	(59.056)	-
- Pagos.....	-	-	-	-	(110.000)	(110.000)
Saldos em 31.12.2016	1.350.000	71.424	1.010.782	(4.928)	-	2.427.278

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2016	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
(Prejuízo)/Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(72.606)	104.954	102.933
Ajustes ao (Prejuízo)/Lucro Líquido antes dos Impostos	109.771	(8.892)	(102.494)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	(64.467)	(130.838)	(136.193)
Reversão de Provisão para Perdas de Ativos.....	-	-	(4.313)
Amortizações de Ativos.....	8.151	16.302	16.302
(Reversão) Despesas com Provisões Cíveis e Fiscais.....	319	1.377	(8.003)
Perda na Venda de Investimentos.....	-	-	4.308
Varição Cambial/Outras Provisões.....	165.768	104.267	25.405
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	37.165	96.062	439
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	92.146	55.980	(538.161)
Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros.....	-	-	2.278
Dividendos.....	1.342	1.431	50
Redução em Relações Interdependências.....	-	-	-
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens.....	(39.334)	(8.184)	107.254
Redução em Depósitos.....	-	-	(170.381)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	9.670	655	(21.030)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(3.835)	(47.235)	(11.341)
Caixa Líquido Proveniente das/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	97.154	98.709	(630.892)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Redução de Capital em Dinheiro de Investida.....	-	-	216.755
Alienação de Investimentos.....	-	1.604	5
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recobidos de Coligadas e Controladas.....	78.375	78.949	409.517
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	78.375	80.553	626.277
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos.....	(93.500)	(94.481)	(1.119)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(93.500)	(94.481)	(1.119)
(Redução)/Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	82.029	84.781	(5.734)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	22.632	19.880	25.614
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	104.661	104.661	19.880
(Redução)/Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	82.029	84.781	(5.734)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil			
	2º Semestre 2016	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
(Prejuízo)/Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(72.606)	104.954	102.933
Ajustes ao (Prejuízo)/Lucro Líquido antes dos Impostos	109.771	(8.892)	(102.494)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	(64.467)	(130.838)	(136.193)
Reversão de Provisão para Perdas de Ativos.....	-	-	(4.313)
Amortizações de Ativos.....	8.151	16.302	16.302
(Reversão) Despesas com Provisões Cíveis e Fiscais.....	319	1.377	(8.003)
Perda na Venda de Investimentos.....	-	-	4.308
Varição Cambial/Outras Provisões.....	165.768	104.267	25.405
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	37.165	96.062	439
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	92.146	55.980	(538.161)
Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros.....	-	-	2.278
Dividendos.....	1.342	1.431	50
Redução em Relações Interdependências.....	-	-	-
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens.....	(39.334)	(8.184)	107.254
Redução em Depósitos.....	-	-	(170.381)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	9.670	655	(21.030)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(3.835)	(47.235)	(11.341)
Caixa Líquido Proveniente das/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	97.154	98.709	(630.892)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Redução de Capital em Dinheiro de Investida.....	-	-	216.755
Alienação de Investimentos.....	-	1.604	5
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recobidos de Coligadas e Controladas.....	78.375	78.949	409.517
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	78.375	80.553	626.277
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos.....	(93.500)	(94.481)	(1.119)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(93.500)	(94.481)	(1.119)
(Redução)/Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	82.029	84.781	(5.734)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	22.632	19.880	25.614
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	104.661	104.661	19.880
(Redução)/Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	82.029	84.781	(5.734)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2016	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
(Prejuízo)/Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(72.606)	104.954	102.933
Ajustes ao (Prejuízo)/Lucro Líquido antes dos Impostos	109.771	(8.892)	(102.494)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	(64.467)	(130.838)	(136.193)
Reversão de Provisão para Perdas de Ativos.....	-	-	(4.313)
Amortizações de Ativos.....	8.151	16.302	16.302
(Reversão) Despesas com Provisões Cíveis e Fiscais.....	319	1.377	(8.003)
Perda na Venda de Investimentos.....	-	-	4.308
Varição Cambial/Outras Provisões.....	165.768	104.267	25.405
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	37.165	96.062	439
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	92.146	55.980	(538.161)
Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros.....	-	-	2.278
Dividendos.....	1.342	1.431	50
Redução em Relações Interdependências.....	-	-	-
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens.....	(39.334)	(8.184)	107.254
Redução em Depósitos.....	-	-	(170.381)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	9.670	655	(21.030)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(3.835)	(47.235)	(11.341)
Caixa Líquido Proveniente das/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	97.154	98.709	(630.892)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Redução de Capital em Dinheiro de Investida.....	-	-	216.755
Alienação de Investimentos.....	-	1.604	5
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recobidos de Coligadas e Controladas.....	78.375	78.949	409.517
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	78.375	80.553	626.277
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos.....	(93.500)	(94.481)	(1.119)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(93.500)	(94.481)	(1.119)
(Redução)/Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	82.029	84.781	(5.734)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	22.632	19.880	25.614
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	104.661	104.661	19.880
(Redução)/Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	82.029	84.781	(5.734)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Boavista Interatlântico S.A.

Empresa da Organização Bradesco
 CNPJ 33.485.541/0001-06
 Sede: Núcleo Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Tributos antecipados.....	257.374	207.122
Créditos a receber (Nota 21a) (1).....	197.361	220.069
Créditos tributários (Nota 20c).....	102.021	32.782
Depósitos para interposição de recursos fiscais.....	43.819	61.120
Depósitos para interposição de outros recursos.....	40.512	39.290
Outros.....	7	11
(-) Provisão para créditos de realização duvidosa (Nota 17).....	(160.898)	(54.038)
Total	480.196	506.356

(1) Refere-se a direitos a receber dos ex-controladores, sendo R\$ 160.934 mil (2015 - R\$ 137.642 mil) indexados ao euro.

8) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social % (1)	Lucro líquido ajustado	Valor contábil		Resultado de equivalência patrimonial	
			Ações	Cotas			2016	2015	2016	2015
			Tibre Holdings Ltda.	275.000			560.652	-	275.000	100,000000
Embaúba Holdings Ltda.	326.000	457.564	-	271.777	83,367176	43.445	381.458	346.362	36.219	64.091
Banco Bradesco BBI S.A. (2)	4.870.000	8.582.250	71.541	-	1,445063	1.796.327	124.019	101.524	25.588	11.687
Banco Bradesco BBI S.A. - Ágio (2)	-	-	-	-	-	-	129.050	145.351	-	-
Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi	1.028.459	1.678.091	31.268	-	7,266302	131.740	121.935	112.590	9.573	8.532
Caeté Holdings Ltda. (3)	-	-	-	-	-	-	-	1.510	93	489
Marselha Holdings Ltda.	344.800	718.649	-	50	0,014534	85.978	104	92	12	25
Total							1.317.218	1.209.560	130.838	136.193

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores;
 (2) o ágio apurado na aquisição de investimento totalizou R\$ 129.050 mil (2015 - R\$ 145.351 mil), líquido das amortizações acumuladas, por rentabilidade futura, que é amortizado em até 10 anos; e
 (3) Investimento alienado por redução de capital desproporcional conforme Instrumento de Alteração do Contrato Social da Caeté Holdings Ltda. de 31.3.2016.

b) Composição de outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Investimentos por incentivos fiscais	14.559	14.559
Ações e cotas	5.411	5.411
Títulos patrimoniais	42	42
Outros investimentos	1.498	1.547
Subtotal	21.510	21.559
Provisão para perdas com investimentos por incentivos fiscais.....	(10.532)	(10.532)
Provisão para perdas em ações e cotas	(5.411)	(5.411)
Provisão para perdas em outros investimentos.....	(509)	(509)
Subtotal	(16.452)	(16.452)
Total	5.058	5.107

14) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Amortização de ágio.....	16.302	16.302
Serviços técnicos especializados.....	1.988	15.042
Propaganda, promoções e publicidade.....	177	160
Contribuições filantrópicas	19	24
Serviços do sistema financeiro.....	19	17
Transporte	5	6
Comunicação.....	3	5
Outras.....	55	48
Total	18.568	31.604

9) DEPÓSITOS

Despesas com depósitos

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Depósitos interfinanceiros	-	14.756
Total	-	14.756

15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Contribuição à Cofins.....	7.387	3.201
Contribuição ao PIS.....	1.201	520
Impostos e taxas	207	532
Total	8.795	4.253

16) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Reversão de provisões operacionais (1).....	33.696	8.604
Outras receitas financeiras (2)	18.286	46.024
Outras (3)	86.030	1.173
Total	138.012	55.801

(1) Em 2016, inclui R\$ 33.388 mil referente a baixa da provisão para valores a receber de realização duvidosa (Nota 7b);
 (2) Em 2015, inclui R\$ 28.633 mil de variação cambial de valores a receber em euro (Nota 7b); e
 (3) Em 2016, compreende, substancialmente, a provisão para valores a receber dos ex-controladores.

17) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Provisões operacionais (1).....	160.898	54.038
Outras despesas financeiras (2).....	53.550	17.836
Provisões civis.....	1.056	206
Patrocínio de caráter cultural.....	150	90
Indenizações pagas.....	-	397
Outras.....	412	347
Total	216.066	72.914

(1) Compreende a provisão para valores de realização duvidosa (Nota 7b); e
 (2) Em 2016, inclui R\$ 35.172 mil de variação cambial de valores a receber em euro (Nota 7b).

18) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Resultado na alienação e baixa de valores, bens e investimentos (1).....	-	(4.308)
Reversão de provisões não operacionais (2).....	-	4.313
Total	-	5

(1) Em 2015, compreende, substancialmente, ao prejuízo apurado na baixa do investimento na empresa Latosol Empreendimentos e Participações Ltda. - Em Liquidação; e
 (2) Em 2015, variação refere-se a reversão de provisão para perdas do investimento na empresa Latosol Empreendimentos e Participações Ltda. - Em Liquidação.

19) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador (Banco Bradesco S.A.), empresas controladas e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Controlador		Coligadas e Controladas	
	2016	2015	2016	2015
Ativos				
Aplicações no mercado aberto.....	104.659	19.878	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	482.180	538.161	-	-
Juros sobre o capital próprio/dividendos a receber.....	-	-	79.175	158.332
Passivos				
Juros sobre o capital próprio/dividendos a pagar.....	-	(981)	-	-

Recargas de intermediação financeira

Despesas de intermediação financeira

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:
 • O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
 • A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização.
 Para 2016, foi determinado o valor máximo de R\$ 84 mil (2015 - R\$ 5.500 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 5.500 mil, em 2015, para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Proventos.....	-	5.302
Contribuição ao INSS.....	-	1.192
Total	-	6.494

Benefícios pós-emprego

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	-	5.145
Total	-	5.145

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento baseado em Ações, aprovado pela resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:
 a) Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
 Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	104.954	102.933
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1).....	(47.229)	(46.320)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas.....	58.877	61.287
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(2.033)	(4.379)
Crédito tributário líquido do passivo diferido (2).....	-	1.884
Juros sobre o capital próprio recebidos.....	(1.899)	(1.151)
Juros sobre o capital próprio pagos.....	49.500	-
Outros valores (3).....	6.886	(10.926)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	64.102	395

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social até agosto de 2015 e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15;
 (2) Constituição de crédito tributário, líquido do passivo diferido, relativo à majoração de alíquota da contribuição social, conforme Lei nº 13.169/15; e
 (3) Inclui, basicamente, (i) a equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (45%) demonstrada; e (ii) as deduções incentivadas.

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BANCO BOAVISTA INTERATLANTICO SA	3
BRADESCO SA - CTVM	20
BRADSPAR SA	14
ETERNET SA	6

11) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Impostos e contribuições a recolher (1)	27.557	47.508
Provisões fiscais (Nota 10b - III).....	6.592	6.271
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 20c).....	1.515	998
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	-	3.148
Total	35.664	57.925

(1) Inclui R\$ 27.336 mil (2015 - R\$ 46.749 mil) referente ao PAES, instituído pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 (Nota 20a).

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Provisões civis (Nota 10b - III).....	11.981	10.957
Provisões para pagamentos a efetuar.....	118	1.647
Cretores diversos - país	-	813
Outras.....	131	116
Total	12.230	13.533

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Capital social no montante de R\$ 1.350.000 mil (2015 - R\$ 1.350.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, representado por 2.569.275.469 ações ordinárias, nominativas escriturais sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Reservas de lucros	1.082.206	1.023.150
- Reserva legal (1).....	71.424	62.971
- Reserva estatutária (2).....	1.010.782	960.179

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
 (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferiores a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.
 O cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2016	2015
Lucro líquido.....	169.056	103.328
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(8.453)	(5.166)
Base de cálculo ajustada	160.603	98.162
Dividendos propostos.....	-	981
Juros sobre o capital próprio (bruto) pagos (1).....	110.000	(16.500)
Imposto de renda na fonte relativo aos juros sobre o capital próprio.....	93.500	981
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos	58,22%	1,0%
Percentual em relação à base de cálculo ajustada	36,39	0,38

(1) Em 2016, deliberados conforme Ata da Reunião da Diretoria realizada em 30 de novembro de 2016, cujos pagamentos foram efetuados em 5.12.2016.

13) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Proventos.....	-	5.302
Benefícios.....	-	5.145
Encargos Sociais.....	-	1.192
Total	-	11.639

Banco Boavista Interatlântico S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.485.541/0001-06

Sede: Núcleo Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social:

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2015
	2016	2015
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(5.137)	(11.003)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.....	70.734	13.671
Utilização de saldos iniciais de:		
Base negativa de contribuição social.....	(450)	(1.858)
Prejuízo fiscal.....	(1.045)	(2.399)
Ativação de crédito tributário - Lei nº 13.169/15:		
Base negativa de contribuição social.....	-	79
Adições temporárias.....	-	1.905
Total dos impostos diferidos	69.239	11.398
Imposto de renda e contribuição social do exercício	64.102	395

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	R\$ mil		
	Saldo em 31.12.2015	Constituição	Realização
Provisões civis.....	4.830	418	139
Provisões fiscais.....	2.738	64.488	-
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos.....	6.108	-	-
Provisão para desvalorização de bens não de uso.....	29	-	-
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação.....	-	2	-
Ágio amortizado.....	7.423	6.520	-
Outros.....	9.612	186	741
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	30.740	71.614	880
Prejuízo fiscal e base negativa.....	2.042	-	1.495
Total dos créditos tributários (Nota 7b)	32.782	71.614	102.021
Obrigações fiscais diferidas (Nota 11)	998	1.237	720
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	31.784	70.377	1.655

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa:

	Em 31 de dezembro de 2016 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	Base negativa
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2017.....	15.076	8.669	23.745
2018.....	14.782	8.884	23.666
2019.....	14.765	8.871	23.636
2020.....	10.830	6.699	17.529
2021.....	8.374	5.071	13.445
Total	63.827	38.194	102.021

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação da Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 95.490 mil (2015 - R\$ 30.149 mil), sendo R\$ 94.952 mil (2015 - R\$ 28.223 mil) de diferenças temporárias e R\$ 538 mil (2015 - R\$ 1.926 mil) de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Todos os créditos tributários do Boavista foram devidamente ativados.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cotistas e aos Administradores da

Banco Boavista Interatlântico S.A.

Osasco - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Boavista Interatlântico S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como, as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Boavista Interatlântico S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

e) Obrigações fiscais diferidas

A sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 1.515 mil (2015 - R\$ 998 mil) relativa à atualização monetária de depósitos judiciais. Inclui em 2015 o montante de R\$ 100 mil, relativo à majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CCSL, de acordo com a Lei nº 13.169/15.

21) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Por força do Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Integração Empresarial e Outros Pactos, de 7 de julho de 2000, firmado com o Banco Bradesco S.A., os ex-controladores do Boavista, julgaram oportuno o exercício da opção para aderir ao PAES, objetivando o parcelamento de débitos tributários e previdenciários junto à União, por eles garantidos, os quais vinham sendo questionados nas esferas administrativa e judicial, no montante de R\$ 165.340 mil, conforme faculdade instituída pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

Conforme a referida legislação, os valores objeto de parcelamento serão quitados no prazo mínimo de 120 meses e máximo de 180 meses, devidamente atualizados pela TJLP.

Os valores atualizados relativos às obrigações fiscais de R\$ 27.336 mil (2015 - R\$ 46.749 mil) e o respectivo direito a receber dos ex-controladores R\$ 23.309 mil (2015 - R\$ 39.852 mil), por força do citado instrumento estão, respectivamente, registrados em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 11a) e outros créditos - diversos (Nota 7b).

b) Avas e Fianças prestados a clientes totalizam R\$ 46.155 mil (2015 - R\$ 44.643 mil) e estão registrados em contas de compensação. A provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de fianças prestadas, definida na Resolução nº 2.682/99 do CMN, foi de R\$ 131 mil (2015 - R\$ 116 mil). A partir de janeiro de 2017, a provisão será efetuada em conformidade com a Resolução nº 4.512/16 do BACEN, cuja adoção não terá impacto relevante para a Instituição.

c) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

O Boavista como parte integrante da Organização adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, o gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

d) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível quantificar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva.

e) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

A DIRETORIA

Luiz Filipe Lopes Soares – Contador – CRC 1SP208127/O-5

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BANCO BOAVISTA INTERATLANTICO SA	3
BRADESCO SA -CTVM	20
BRADSPAR SA	14
ETERNET SA	6

Ouvidoria

Exercite sua cidadania

A Imprensa Oficial, em sua constante busca por qualidade total e transparência, com um canal direto de comunicação com a sociedade.

[www. imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)

io ouvidoria

ouvidoria@imprensaoficial.com.br

Rua da Mooca, 1921

Cep: 03103 - 902 São Paulo

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 127 • Número 54
São Paulo, quarta-feira, 22 de março de 2017

Página 5

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO